

DO SER AO ESTADO DO SER: REFLEXÕES SOBRE O SUJEITO E A AUTORIA

Lucas Piter Alves COSTA
Universidade Federal de Minas Gerais
johannlufter@yahoo.com.br

André William Alves de ASSIS
Universidade Federal de Minas Gerais
assis.awa@gmail.com

Resumo: Dois conceitos muito problematizados no quadro da AD Francesa são os de Sujeito e de Autoria. O sujeito que enxergamos na AD é histórico, portanto, variável: a sua imagem agregam-se sentidos ao longo do tempo e do espaço de sua atuação. O sujeito é ainda heterogêneo, polifônico. Sendo assim o sujeito é também fragmentado e fragmento/desdobramento desse sujeito. O sujeito se assume num ato de tomada de fala, instituindo nessa tomada o seu interlocutor: ele se define em relação ao Outro, em um processo dialógico. A problemática se intensifica quando o sujeito-autor é inserido na discussão, sendo as concepções sobre o fenômeno da autoria repletas de questões, sobretudo diante da vasta produção de discursos pretensamente autorais, muito além dos literários. Diante dessas iniciais observações, o objetivo deste trabalho é apontar algumas especificidades das concepções de sujeito e autoria a fim de fomentar uma discussão sobre esses conceitos e sua aplicabilidade nas análises de discurso pretensamente autorais.

Palavras-chave: Autor; Sujeito; Análise do Discurso.

1. Introdução

A análise do discurso *ortodoxa*¹ dedicou-se profundamente às discussões em torno da problemática do sujeito. O enfoque em torno desse conceito permitiu, de certa forma, uma demarcação própria para a disciplina da Análise de Discurso francesa. As respostas acerca do sujeito, observadas em corpora variados, não resultaram em uma noção estanque, a questão do sujeito continua sendo uma questão aberta.

Vale citar que Benveniste utiliza o termo *sujeito* com diferentes sentidos. Das muitas acepções utilizadas, destacamos aquelas advindas do texto “Da subjetividade da linguagem”, em que ele diz que é “na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*.” (BENVENISTE, 1995, p. 286). E ainda, a “subjetividade” de que tratamos aqui é a capacidade do locutor para se propor como ‘sujeito’. (BENVENISTE, 1995, p. 286). Diremos sobre isso que é a partir do uso da linguagem que toda relação de *existência* e *alteridade* é possível. Temos ainda o “sujeito da enunciação” de Greimas, o “sujeito clivado” de Authier-Revuz, o “sujeito empírico” de Ducrot, para ficar só em algumas definições.

Com o seu caráter “antropofágico”, a Teoria Semiolinguística, de Charaudeau (2008), não ignorou as muitas concepções de sujeito que a Linguística sustenta, sejam elas explícitas ou não. A Semiolinguística se insere no campo da Análise do Discurso como uma teoria dos sujeitos

¹ Referimo-nos à Análise do Discurso construída em torno dos pressupostos de Pêcheux .

da linguagem. Esses sujeitos são definidos como *parceiros* no ato de linguagem, situados necessariamente como as instâncias produtora e receptora na *encenação linguageira*. No que diz respeito à noção de sujeito, tais instâncias podem ser entendidas como abstrações, não sendo nem indivíduos precisos, nem seres coletivos particulares, mas um amálgama dos dois: cada sujeito é um “lugar de produção da significação linguageira, para o qual esta significação retorna, a fim de construí-lo” (CHARAUDEAU, 2001, p. 30), que é o mesmo que dizer que, através da linguagem, o sujeito constrói significações e é construído por elas, em um dado estatuto social. Isso ocorre de maneira constante e dialógica, de modo que não há como determinar uma primeira fase (se o sujeito constrói ou é construído antes). Logo se vê que a noção de sujeito para a Semiolinguística é algo psicossocial e sócio-historicamente situado, construído ao longo das formações discursivas que se imbricam aos atos de linguagem.

Todas essas colocações reforçam a ideia de que há um sujeito X diferente de um sujeito Y, mas que são complementares. Ou seja, de que há um desdobramento do sujeito mais próximo daquilo que comumente chamamos de “mundo pragmático” e outro mais próximo do “mundo das palavras”. É este último tipo de desdobramento do sujeito que nos interessa para a reflexão sobre a autoria.

Em Foucault, ao longo da totalidade de sua obra, o sujeito é visto por meio de três relações: com o *saber* (fase arqueológica), com o *poder* (fase genealógica) e *consigo* mesmo (fase ética). O sujeito em Foucault desloca sua subjetividade constantemente, ou seja, a subjetividade é histórica, sofre das mutações históricas. A noção de autor em Foucault, por sua vez, recebe o mesmo tratamento que a noção de sujeito: ambas passam por um processo de inscrição – de “nascimento” – no discurso e pelo discurso, e depois por um processo de dispersão.

Sem querer nos aprofundar nas muitas definições em torno do sujeito, uma noção importante parece ser a que traz à tona a concepção de sujeito falante, problematizado por sua produção linguageira. Essa concepção nos permite lançar um olhar para o *sujeito autor*, entidade abstrata construída coletivamente.

Diferentemente do que se observa em torno da noção de sujeito, a noção de autor teve pouco espaço em análise do discurso (AD, de agora em diante). Esse distanciamento nos parece ser problemático, uma vez que a AD se esforça para pensar a noção de texto com as práticas e lugares sociais dos sujeitos envolvidos nessa produção. Para Maingueneau (2010) esse distanciamento da AD pode ser compreendido se forem consideradas as condições a que esse campo de pesquisa se desenvolveu. Para o autor,

Uma explicação possível seria que a análise do discurso, na medida em que investiu em *corpora* desprezados pelas faculdades de letras tradicionais, evitou abordar de maneira significativa discursos (literário, religioso, filosófico...) em que a figura do autor é incontornável. (MAINGUENEAU, 2010, p. 26).

Contraditoriamente, a AD dá grande importância para *corpora* escritos, o que deveria inserir a noção de autor no centro das discussões sobre o sujeito. No entanto, algumas discussões no centro dessa disciplina podem ter afastado o foco sobre esse conceito. Ao pensar a relação entre sujeito e língua, o conceito de heterogeneidade de Authier-Revuz pode ter sido um obstáculo para reflexões sobre autoria. Para Denise Maldidier (2003, p.73-74):

O procedimento de Jacqueline Authier colocava em evidência as rupturas enunciativas no ‘fio do discurso’, o surgimento de um discurso outro no próprio discurso. [...] A questão do discurso é, a partir de então, posta sob o signo da heterogeneidade. O primado do outro sob o mesmo se impôs, eu poderia dizer parodiando Michel Pêcheux. O que, nos anos precedentes

procurava-se através da contradição marxista ou as falhas da interpelação ideológica, se inscreve agora no termo heterogeneidade.

Ao problematizar a pluralidade das fontes enunciativas, em um espaço linguístico, essa noção de heterogeneidade (constitutiva ou mostrada), que evidencia a presença de um Outro constituindo o dizer do Eu, desafiam a noção de autoria.

A noção de autor suscita, portanto, muitos desdobramentos e problemas. Como todo texto, bem ou mal, tem um sujeito que se responsabiliza por ele, essa deveria ser uma questão central em AD. Nosso percurso privilegia alguns trabalhos em torno dessa complexa noção de autoria.

2. As três dimensões de autor em Maingueneau

A noção de autor que interessa para Maingueneau (2010) é aquela que pode responder a pergunta: “em que condições um enunciado é suscetível de ter um ‘autor’” (MAINGUENEAU, 2010, p. 28). Na literatura, por exemplo, autor pode ser considerado aquele que produz romances, peças de teatro, etc. A concepção privilegia, portanto, os produtores de literatura. Também, o termo autor pode ser empregado como complemento de nome, atribuindo esse estatuto autor de um filme ou autor de uma fotografia.

O problema, assevera Maingueneau (2010), está em determinar o ponto de encontro desses funcionamentos, ou seja, determinar quando um sujeito passa do estatuto de “autor de”, que revela um estatuto social ou político, para se trinar “um autor”, que implica uma avaliação coletiva, não relacionada necessariamente ao estatuto social. Esse questionamento resulta numa classificação da noção de autor em três grandes dimensões.

A primeira dimensão diz respeito à instância sócio-historicamente variável responsável por um texto. Esse “autor responsável”, segundo Maingueneau (2010, p. 30) “não é nem o enunciador, correlato do texto, nem o produtor em carne e osso, dotado de um estado civil”. Autor nessa dimensão não está relacionado à instância literária, uma vez que a todo gênero discursivo pode ser atribuído um responsável, um autor.

A segunda dimensão diz respeito à instância “autor-ator”. Sem ter a produção de textos como uma profissão, esse sujeito deve gerir uma trajetória, organizando sua existência em torno de sua produção intelectual. “Assim, a própria palavra ‘autor’, segundo as conjunturas históricas, entra em concorrência com outras: ‘escritor’, ‘homem de letras’, ‘literato’, ‘artista’, ‘intelectual’...” (MAINGUENEAU, 2010, p. 30).

A terceira dimensão é aquela dedicada à instância do “auctor”, sujeito reconhecido enquanto correlato de uma obra. Esse estatuto de auctor depende do reconhecimento de terceiros, que atribuem certa unidade às suas produções, uma visão de mundo ou um ponto de vista singular, o que não pode ser percebido nas instâncias de “autor responsável” e “autor-ator”. Para Maingueneau (2010, p. 30), “apenas um número muito restrito de indivíduos atinge o estatuto de ‘auctor’, pois poucos são os que podemos associar a um *Opus*.”

Machado de Assis é um exemplo de auctor. Quando nos debruçamos sobre as obras de Machado, somos levados a pensar além da diversidade dos textos para algo memorável, somos levados à instância autor Machado de Assis. Para ser reconhecido como auctor é preciso ter uma imagem de autor, e o grau desse reconhecimento varia conforme o número de especialistas ou críticos que esteja implicado nessa avaliação.

A imagem de autor propriamente dita [...] não é somente o produto de uma atividade multiforme do autor, e, em primeiro plano, de seus textos: na verdade, essa imagem é elaborada na confluência de seus gestos e de suas palavras, de um lado, e das palavras dos diversos públicos que, a títulos

diferentes e em função de seus interesses, contribuem para moldá-la. (MAINGUENADU, 2010, p. 144).

As dimensões propostas por Mainguenu (2010) nos possibilitam, assim, pensar autoria em níveis bastantes diversificados, como ele o faz problematizando a questão da internet. Ainda, nos permite discutir sobre a questão da validação dessa autoria, em termos de reconhecimento de uma obra ou de um conjunto de obras, o que, de fato, problematiza ainda mais a concepção dessas dimensões.

Como se pode observar, a noção de autor é bastante complexa e evidencia diferentes níveis de significação. O autor não pode ser considerado o enunciador, esta uma entidade abstrata que condensa vozes e pontos de vista no discurso. Sob o ponto de vista enunciativo, o autor pode ser considerado como uma fronteira entre o enunciador, o ser linguístico e a sociedade.

3. A função-autor em Foucault

No clássico “O que é um autor”, Foucault (1992) expõe suas inquietações a respeito da noção de autor, a que “constitui o momento crucial da individualização na história das ideias, dos conhecimentos, das literaturas, e também na história da filosofia, e das ciências” (FOUCAULT, 1992, p. 268), explorando sua relação com a escrita e o discurso literário. De acordo com Foucault, não se aceita literatura sem autor (embora isso tenha ocorrido por muito tempo). Pela importância da função autor na literatura, e no sentido de tentar responder algumas inquietações sobre o tema a respeito de textos que possuam ou não essa função autor, Foucault (1992) apresenta quatro traços característicos dessa função.

Primeiro, para observar a emergência da função autor, Foucault (1992) destaca a importância que se deu a partir do momento em que os discursos se tornaram transgressores, e sua origem passou a ser passível de punição.

Os textos, os livros, os discursos começaram a ter realmente autores (diferentes dos personagens míticos, diferentes das grandes figuras sacralizadas e sacralizantes) na medida em que o autor podia ser punido, ou seja, na medida em que os discursos podiam ser transgressores. (FOUCAULT, 1992, p. 275-276)

Após a instauração de um regime de propriedade para os textos, com regras sobre os direitos de autoria, sobre os direitos de reprodução (entre os séculos XVIII e XIX) os textos transgressores passaram a ser captados pela apropriação de um nome, sendo, portanto, passíveis de punição, uma vez que desestabilizavam as balizas capitalistas impostas pela sociedade. O agente da transgressão passa a ser o próprio transgressor, o autor.

Nesse sentido, os discursos “literários” passaram a ser representados pelo que Foucault (1992) denomina “função-autor”. O seu *status* e o seu sentido será maior ou menor a depender das respostas dadas a essas questões, o anonimato de autoria é logo preenchido pela necessidade de busca ao autor. A função autor está, portanto, nesse viés, relacionada ao sistema jurídico e institucional, passando a integrar um sistema de propriedade.

Como se o autor, a partir do momento em que foi colocado no sistema de propriedade que caracteriza nossa sociedade, compensasse o *status* que ele recebia, reencontrando assim o velho campo bipolar do discurso, praticando sistematicamente a transgressão, restaurando o perigo de uma escrita na

qual, por outro lado, garantir-se-iam os benefícios da propriedade. (FOUCAULT, 1992, p. 276).

No segundo traço, Foucault (1992) comenta que na antiguidade os textos ditos literários eram colocados em circulação e possuíam valor sem que estivessem ligados à questão da autoria, o “anonimato não constituía dificuldade, sua antiguidade, verdadeira ou suposta, era para eles garantia suficiente” (FOUCAULT, 1992, p. 276).

No entanto, os discursos literários não são mais aceitos sem que a eles possam ser atribuídos uma função autor: “a qualquer texto de poesia ou de ficção se perguntará de onde ele vem, quem o escreveu, em que data, em que circunstâncias ou a partir de que projeto” (FOUCAULT, 1992, p. 277). Isso evidencia que a função autor não pode ser exercida da mesma maneira em todas as épocas e em diferentes civilizações.

Terceiro, Foucault (1992) afirma que a função autor não pode ser atribuída espontaneamente de um texto a um indivíduo. Trata-se de uma atividade complexa que constrói um ser de razão, uma instância denominada autor. A construção do autor também varia conforme a época e o tipo dos discursos, “não se constrói um ‘autor filosófico’ como um ‘poeta’; e não se constrói o autor de uma obra romanesca no século XVIII como atualmente” (FOUCAULT, 1992, p. 278).

O quarto traço diz respeito à relação do autor com o indivíduo real. Para Foucault (1992) a função autor não remete pura e simplesmente a um indivíduo real. Ela pode dar lugar a vários egos, várias posições. “Na verdade, todos os discursos que possuem a função autor comportam essa pluralidade de ego” (FOUCAULT, 1992, p. 280). No entanto, a função autor não está relacionada a esses diferentes egos, pelo contrário atua de forma a dá-los lugar na sua dispersão.

Essas especificações sobre a função autor representam uma “unidade sólida”, que possibilitam a demarcação de um campo de ideias, especificações que podem ser atribuídas ao autor. Sem designar a existência daquele que escreve, a função autor delimita uma teia de discursos em torno de um nome, o nome do autor.

A função autor instaura a categoria de autor, que, por sua vez, faz existir um sujeito. A persona sem importância passa a existir como persona enunciativa, capaz de por em prática o discurso. Na verdade, essa persona enunciativa, inscrita no discurso tal como a obra (autoral), é ela mesma produto discursivo: sua existência se insere no universo da linguagem e deve a esta a sua razão de ser. Digo, logo existo. Existo, logo digo. Antes do verbo, o sujeito não é senão uma ausência.

4. Conclusão

O fato de uma sociedade dar lugar a esses *nomes de autor* em seu interior significa que há aí todo um sistema de valoração hierárquica de práticas e de sujeitos. Afinal, o que seria, por exemplo, da Literatura sem autores? Ao questionarmos a funcionalidade do nome de autor no interior de uma sociedade, parece se evidenciar que as instituições que fazem uso de nomes de autores estão demasiadamente centradas nos indivíduos. Não que haja sociedade que seja de outra forma. Mas o fato é que há regimes sociodiscursivos que, para serem o que são, deve haver neles uma relação comunicativa que estabelece autores e obras, ou seja, que distingue textos *perenes* de textos *ordinários*, e sujeitos *anônimos* de sujeitos com *nomes de autor*. Em todo caso, sujeitos e/ou autores são construídos historicamente. E as obras e a crítica a elas, ou seja, os discursos, são o cerne dessa construção.

Diante dos muitos níveis de apreensão do conceito de autor, vê-se que é preciso distinguir o autor formado no plano material, jurídico, empírico, do autor formado no plano

dos discursos. Na genealogia da função autor, de fato, vemos que questões materiais, jurídicas, de ordens práticas e econômicas fizeram parte da instituição da autoria. No entanto, essas questões apenas contribuem para perceber que há *regimes de autorias* e *critérios de autorialidade* diversos e distintos. Nos textos cuja função autor é importante, nos textos em que essa função pode e deve ser exercida, não importa, para o exercício dessa função em análise discursiva, se a maneira de produção foi coletiva, por *mecenato* ou *ghost writers* ou ainda por pseudônimos ou heterônimos. Importa o nome que daí surge. O nome que é igualmente produto dessas práticas e, portanto, discurso. O nome de autor é, desse modo, um índice, uma síntese, uma compilação de enunciados.

As formas de fazer o texto fazem parte de seu sentido. Elas constituem seu sentido. Igualmente, as *formas de fazer* constituem um autor. Por esse viés, não é o autor que cria a obra, é a obra (e o percurso de sua criação) que cria o autor. É evidente que as materialidades citadas por Chartier (2012) devem ser estudadas, pois fazem parte do regime de autoria da obra. Mas a função autor está além dessas materialidades.

As questões em torno da autoria, da autoridade e da autorialidade, a nosso ver, estão intimamente ligadas à noção de Obra como um produto constitutivamente perene. Indo além de meras questões de singularidade e estilo, é preciso se perguntar o que faz de um texto ou de um conjunto de textos uma Obra. Uma redação de vestibular, por exemplo, embora se preze muito bem à discussão sobre o estilo, não constitui uma Obra no sentido que empregamos aqui. Ela constitui uma obra no sentido de trabalho, mas não uma obra no sentido de um texto ou conjunto de textos (musicais, verbais, visuais...) capaz de se *inscrever* numa dada rede discursiva que visa à perenidade típica dos discursos constituintes. Uma redação de vestibular, como se vê, é só uma redação de vestibular, ainda que bem escrita. Ela é um texto transitivo, efêmero, com sua razão de ser muito pontual e situada numa finalidade que se esgota tão logo a situação de comunicação cessa. Diferente dos textos literários, filosóficos, científicos, religiosos e artísticos como um todo, que são textos intransitivos, perenes, com uma razão de ser que aponta para a posteridade. No caso de uma redação de vestibular, à medida que essa mesma redação passa a compor um conjunto de textos organizados com a finalidade de orientar os candidatos ulteriores, teremos aí um compilado de obras de vestibular (no sentido ordinário da palavra obra).

Poderemos falar em autoria, à medida que o texto inscrito se associa a um nome. E da mesma forma que há uma distinção entre Obra e obra, como aludimos, há também uma distinção entre Autor e autor, esse último como mero responsável pelo texto. Autor e Obra são correlatos. Da mesma forma que podemos pensar que nem todo texto possa relegar para si o estatuto de Obra, o mesmo pode ocorrer com a Autoria: nem todo nome pode ser Autor, mesmo que ainda seja o escritor. Em AD, como deve ser em Crítica Literária, não há razão para se atribuir o caráter de Obra e Autor a qualquer texto/sujeito, o que não impede de usarmos ordinariamente as palavras obra e autor quando essas representam igualmente fatos ordinários.

Nosso trabalho de cunho reflexivo reforça a hipótese de que a constituição da figura de autor é uma construção puramente discursiva, que atende a uma função específica no mundo das palavras, diferente, portanto, do ser agente que atrelamos às práticas sociodiscursivas. Autor e Obra estão intimamente ligados, sendo um constituinte do outro reciprocamente. Postos Autor e Obra como correlatos, lançamos ainda a hipótese de que é possível pensar o autor como complexo enunciado pelo sujeito-enunciador.

Longe de esgotarmos a discussão dada à pluralidade de pressupostos sobre o sujeito e autoria, este trabalho pretendeu suscitar alguma reflexão trazendo alguns pressupostos importantes sobre os termos.

5. Referências

BENVENISTE, E. Da subjetividade na linguagem. In: _____. **Problemas de linguística geral I**. Campinas: Pontes, 1995.

CHARAUDEAU, P. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: MARI, Hugo et al. **Análise do discurso: fundamentos e práticas**. Belo Horizonte: NAD-FALE/ UFMG, 2001, p. 23-38.

CHARAUDEAU, P. **Linguagem e discurso: modos de organização**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

CHARTIER, R. **O que é um autor?** Revisão de uma genealogia. São Carlos: Edufscar, 2012.

FOUCAULT, M. **O que é um autor?** Vega: Passagens, 1992. Edição original: 1969a.

MAINGUENEAU, Dominique. **Doze conceitos em análise do discurso**. São Paulo: Parábola, 2010.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do Discurso – (Re)Ler Michel Pêcheux Hoje**. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Pontes: Campinas, 2003.